



Medalha Bons Serviços
Desportivos 1997

CONSELHO FISCAL FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ

Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento | 2016

No cumprimento do Art.º 26.º n.º 2 a) dos Estatutos da Federação Portuguesa de Xadrez (FPX), procedemos à leitura e análise do Plano de Atividades e Orçamento para o ano civil de 2016 apresentado pela direção da FPX.

A competência deste órgão concretiza-se na emissão de parecer ao orçamento e demais documentos de prestação de contas, onde se inclui o plano de atividades, o que permite acompanhar – de forma cooperante e proactiva – o funcionamento da Federação.

O plano de atividades da direção deve estar clara e inequivocamente justificado com a previsão de receitas e a estimativa de despesas, as quais devem refletir as opções de gestão em sede dos 4 eixos defendidos pela Direção desde 2013 e que se mantêm para o ano civil de 2016:

- Comunicação e imagem.
- Competição nacional.
- Competição internacional.
- Formação.

Este nosso parecer, subentende, portanto, os dois aspetos superiores do documento que nos é apresentado:

- A análise da adequação do orçamento de receitas e despesas face à exequibilidade das atividades propostas; e
- A conformidade das atividades em prol do regular funcionamento da Federação.

Orçamento

O orçamento de receitas e despesas para 2016 cumpre as disposições legais aplicáveis às entidades do setor não lucrativo, onde se incluem as federações desportivas, associando as receitas à previsão de rendimentos e ganhos e as despesas à estimativa de gastos e perdas.

Quanto às receitas, a previsão de rendimentos e ganhos no total de 284,5 m€ reflete uma redução de 27,5% face a 2014 (392,3 m€) e de 17,6% face a 2015 (345,3 m€); sustenta como fonte principal de recebimentos:



Handwritten signature and initials "15" in the top right corner.

- Taxas de filiação e de participação em competições nacionais (43,74%), que refletem uma redução absoluta de 7.000€ e relativa de 5,26% face a 2015 (38,1%); e
- Subsídios (49,91%), que refletem uma redução absoluta de 5.500€ face a 2015, não obstante o maior peso relativo (42,72%), pelo facto do orçamento total apresentar valor inferior.

Não obstante alguns sinais de retoma da crise, a Direção depara-se com dificuldades na obtenção de receitas, sendo evidente o atual realismo quanto à angariação de fundos – *fundraising* – ao fazer recuar as receitas com patrocínios e donativos para o valor de 5.000€ previsto em 2014, contrariamente ao valor de 55.000€ que indicou para 2015.

Quanto às despesas, a estimativa de gastos e perdas no total de 284,5 m€ está repartida pelas seguintes rubricas:

- Atividades desportivas (68,72%) refletem uma diminuição de 20,85% face a 2015 (71,53%), na qual destacamos:
 - As rubricas relativas a “Quotizações de filiação e inscrições” com 10 m€ mantêm-se iguais a 2015.
 - “Atividade desportiva nacional” apresenta-se ao nível de 2015 com 84,5 m€.
 - “Atividade desportiva internacional” apresenta um aumento de 9 m€ (39,13%) face a 2015.
- A formação e promoção (2,99%) mantém o valor de 8,5 m€ em “formação de treinadores e árbitros” e “outras”, igual aos dois anos anteriores, tal como as estimativas de 20 m€ para “enquadramento técnico” e de 4,5 m€ para “projeto juvenil”.
- A concessão de apoios e subsídios a atletas, clubes e associações territoriais mantém os 25,5 m€ de 2015 e aumenta 9 m€ em apoios a outras entidades.

Atividades

Relativamente à conformidade das atividades com o orçamento apresentado e que, em última instância, legitimam o regular funcionamento da Federação destacamos a afetação do orçamento nos eixos “**competição nacional**”, 84,5 m€ (29,70%); “**competição internacional**”, 32 m€ (11,25%); e “**formação**”, 8,5 m€ (2,99%).

A Direção mantém-se fiel às suas excelentes competências nos domínios do marketing, “**comunicação e imagem**”:

- Mantém a intenção que subsiste deste o PAO-2013 de emissão do cartão FPX e da modernização do logótipo da FPX e mantém a disponibilização dos seus recursos e know-how às Associações Territoriais.



HS

- Manter a “conquista” do relacionamento próximo e a presença regular do xadrez na comunicação social.
- A melhoria do portal FPX, designadamente em sede atualização de módulos.
- Anuncia a celebração dos 89 anos da FPX.

Nas atividades do eixo “**competição nacional**” a Direção:

- Expressa a promoção do xadrez pelo aumento factual do número de filiados e de provas e pela esperança de aumento do número de praticantes, clubes e treinadores certificados.
- Assume a manutenção de um modelo desportivo ambicioso, em articulação com o xadrez por correspondência e com o xadrez escolar e universitário, renovando a apresentação de um cronograma revelador de conhecimento e de intercomunicabilidade com provas territoriais, no sentido da otimização do calendário.

Nas atividades do eixo “**competição internacional**” a Direção:

- Mantém o veto ao direito a participar em provas internacionais aos jogadores jovens que se sagrem campeões nacionais, discriminação negativa aos atletas que não apresentem o que entendem por “currículo internacional” e, que pelo facto de não representarem o país, continuam a não aspirar ao currículo internacional; o Conselho Fiscal entende que, de forma sistemática desde o início do seu mandato, a Direção afastou liminarmente atletas que, por insuficiência de recursos financeiros, não participam em número de provas internacionais que considerem relevantes o que pode consubstanciar, salvo melhor opinião, prática reiterada de conduta ilícita. O Conselho Fiscal tem chamado a atenção dos delegados da Assembleia Geral para esta política de privilégio de uns em detrimento de outros.
- Com a manutenção dos critérios de participação em provas internacionais, a Direção impede unilateralmente o direito de participação em provas internacionais aos atletas que conquistem esse direito por mérito próprio em competição direta com os “eleitos”, sagrando-se campeões nacionais, apenas porque não apresentam o que é designado por “currículo internacional”.

No eixo “**formação**” o documento é revelador de menor detalhe e mantém as linhas gerais e igual afetação de receitas dos últimos dois anos.

Parecer

A elaboração de um plano de atividades e do respetivo orçamento de receitas e despesas é um exercício de intenções e de previsão, portanto, as atividades e os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e eventuais variações poderão ser materialmente relevantes e perfeitamente entendíveis e aceitáveis.



CONSELHO FISCAL
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ
Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento | 2016

Não é do conhecimento do Conselho Fiscal, qualquer facto ou informação que permita duvidar da credibilidade do orçamento apresentado, sublinhando-se o facto de apenas ainda não ser conhecida a proposta do OE-2016 e, consequentemente, o apoio do IPDJ poder divergir do previsto (125.000 €).

Elogios e críticas só se apontam a quem faz trabalho e essa é uma evidência inegável desta Direção: dedicação e trabalho. Goste-se ou não das opções, dos resultados conseguidos e dos meios escolhidos para a obtenção dos mesmos. É justo, pois, enaltecer e elogiar o profissionalismo, empenho e dinâmica da Direção, designadamente quanto aos aspetos regulamentares, aos aspetos relacionados com a comunicação e imagem institucional e à inovação do quadro competitivo nacional.

Nos termos do suprarreferido, e **sem prejuízo do posicionamento da Assembleia Geral relativamente à preocupação suscitada por este órgão**, e da qual foi dada ênfase relativamente ao VETO AOS JOVENS CAMPEÕES NACIONAIS DO DIREITO ADQUIRIDO DE PARTICIPAR, nessa qualidade, NAS PROVAS INTERNACIONAIS EM REPRESENTAÇÃO DE PORTUGAL, **o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao Plano de Atividades e Orçamento para 2016.**

Lisboa, 15 de novembro de 2015

O Conselho Fiscal

Luís Lima Santos (Presidente)

Assinatura Eletrónica Qualificada (DL 62/2003)
LUÍS FILIPE MARINHO LIMA SANTOS
2015.11.18 17:04:39 +0000

António José Brito de Moura (Relator)

Hugo Lima Santos (Secretário)